



---

**Anexo I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**01 – DO OBJETO**

Contratação de empresa para manutenção dos pontos de iluminação pública com troca de luminária existente de fator: mercúrio, metálica e sódio por luminária led para período de 12 (doze) meses,

**01.1 – DA ESPECIFICAÇÃO**

Item	Descrição do Item	Unid.	Quantidade
01	<b>Contratação de empresa para manutenção dos pontos de iluminação pública com troca de luminária existente de fator: mercúrio, metálica e sódio por luminária led para período de 12 (doze) meses</b>	pontos	1649

**CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.2 Os serviços deverão ser executados contados a partir da solicitação do Secretário Municipal de Obras.

1.2.1 A trocas de luminárias existentes de mercúrio, metálica e sódio por luminária led ocorrerão durante o serviço de manutenção, somente sendo em razão de defeitos.

1.3. Prazo de execução: 12 (doze) meses;

1.4. No preço apresentado deverão estar incluídos todos os custos necessários para execução dos mesmos, materiais, combustível e operadores;

1.5. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

1.6. Tipo de Empenho: GLOBAL;

---

**02 – DA INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Faz-se necessária a contratação deste serviços, tendo em vista a necessidade de manutenção constante nas redes de iluminação pública do Município

**03 – DA UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE**

**03.1 – A unidade administrativa solicitante é a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SMO.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

---

#### **04 - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

04.1 - O regime de execução é **INDIRETO**, nos termos do Inciso VIII, alínea a do Art. 6º da Lei de Licitações.

---

#### **05 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS (DESPESA)**

05.1 - A gestão do contrato decorrente deste termo caberá ao **Secretário Municipal de OBRAS**, designado formalmente pelo Gabinete do Prefeito – Ordenador de Despesa por ato de delegação de competência, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

05.2 - A fiscalização deste termo será designada formalmente pelo **Secretário de Municipal de OBRAS**, para, conjuntamente com o Gestor de Contrato, promover os acompanhamentos do fornecimento dos materiais e seus controles, bem como a aceitação conjunta para Ordenação de Despesa.

05.3 - O Prefeito Municipal poderá substituir, em caso de ausência ou impedimento, por outros servidores, os gestores e fiscais de contrato.

05.4 - Aos servidores designados para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para os fins do item 06.2, incumbe:

I - Verificar se os serviços estão sendo fornecido em conformidade com o objeto da contratação;

II - Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das execuções, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento e praticar os atos indispensáveis à boa execução dos contratos sob sua responsabilidade;

III - Emitir, em tempo hábil, os procedimentos iniciais para as alterações contratuais, de prorrogações, de rescisão, entre outras previstas na Lei de Licitações e Contratos, bem como aqueles destinados a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso.

05.5 - Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a PMA-RJ ou modificação da contratação.

05.6 - As decisões que ultrapassarem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela contratada ao Ordenador de Despesa imediatamente superior, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes, que caberá o encaminhamento ou não a área jurídica para sustentação de decisão.

05.7 - A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

05.8 - A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a PMA-RJ ou perante terceiros, do



mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará co-responsabilidade da PMA-RJ ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a PMA-RJ dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

## **06 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

06.1 – A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

06.2 – A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provenientes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigada a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

06.3 – A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, fiscal, securitária, ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com equipamentos necessários aos fornecimentos contratados, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do serviço, até a sua entrega, perfeitamente concluída.

06.4 – A CONTRATADA, desde já, se responsabiliza pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, ao MUNICÍPIO ou a terceiros em razão de ação ou omissão.

06.5 – O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

06.6 – A CONTRATADA se compromete a não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do Município.

06.7 – Realizar o serviço de acordo com as especificações constantes no Edital de Licitação e seus anexos, e de acordo com a necessidade da Contratante.

06.8 – Permitir acesso dos empregados da Contratante às dependências da licitante CONTRATADA para averiguação de possíveis irregularidades.

06.9 – Apresentar documentos que comprovem a procedência dos materiais usados no serviço, se solicitado.

06.10 – Dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente, por escrito, de toda e qualquer anormalidade que ocorrer na execução do objeto.

06.11 – Agir, em relação a qualquer assunto referente ao presente Contrato, como assessora fiel do Contratante, e resguardar os legítimos interesses desta em quaisquer contatos com terceiros ou subcontratados.

06.12 – Não participar direta ou indiretamente, de qualquer negócio ou atividade profissional que possa conflitar com as atividades sob sua responsabilidade, nos termos deste Contrato.

06.13 – Cumprir fielmente o estipulado no Edital e seus anexos e na proposta de preços.

Rua Vereador Airton Lel Cardoso, nº 01, Verdes Campos - Aperibé - RJ

E-mail: smoaperibe@hotmail.com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**CNPJ:36.288.900/0001-23**  
**Estado do Rio de Janeiro**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
FLS. Nº \_\_\_\_  
VISTO \_\_\_\_

06.14 –Fornecer o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos no Contrato.

06.15 –Prestar a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

06.16 –Substituir o item usado no serviço que for considerado defeituoso ou impróprio para uso após notificação do Setor de Fiscalização/Engenharia.

06.17 –Manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados.

06.18 –Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação, sem prévia autorização do Contratante.

06.19 –Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na Licitação. A ausência da regularização, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

06.20 – Os eventuais atrasos ou interrupções na execução do serviço, provocados por motivo de força maior, deverão ser comunicados pela CONTRATADA ao MUNICÍPIO dentro de no máximo 02 (dois) dias corridos contados de sua ocorrência.

06.21 –Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

06.22 –Observar os regulamentos, Leis, posturas e as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os dispositivos legais vigentes e as Normas Técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho, bem como adotar todas as providências e obrigações quando seus empregados forem vítimas de acidentes de trabalho no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências de locais do Contratante.

06.23 –Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514/77) e Norma Regulamentadora nº 06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978, a fiscalização do Contratante poderá determinar a paralização do serviço enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da Contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução do serviço.

06.24 – Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da Contratada, ficando esta como única responsável pelos ônus, obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, bem como as relativas às legislações civil e criminal, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a Contratante de quaisquer obrigações presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido. A inadimplência da Contratada com referência a esses encargos não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

06.25 – Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens do objeto deste Contrato, bem como de todos materiais e ferramentas necessários para execução do serviço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

06.26 –Fornecer todos os materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço.

06.27 –Entregar o serviço concluída, livre e desembaraçada de qualquer material e equipamento utilizado, incluindo a limpeza da área adjacente.

06.28 – Fornecer a seus funcionários uniformes adequados, exigindo e fiscalizando seu uso, bem como a identidade funcional.

06.29 –Manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas, livres de monturos, detritos, materiais imprestáveis, refugados ou sucatas.

06.30– Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas.

06.31 – Transportar, para local apropriado, aprovado pelo Contratante, os materiais “bota-fora”, entulhos e lixos de qualquer natureza, provenientes do serviço.

Parágrafo Trinta e Dois – Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos seus empregados nas instalações da Contratante.

06.32 – Recolher o valor referente à taxa de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), ou documento equivalente, da execução dos serviços por parte da Contratada junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou outro conselho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ordem de início dos serviços.

06.33 – Produzir documentos da medição.

06.34 – Emitir comunicação formal do término do serviço.

06.35 –Assumir os custos referentes ao consumo de água, energia e outros.

---

## **07 – DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

07.1 – Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo medidas corretivas por parte da Contratada.

07.2 – A existência e atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe as responsabilidades única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto, e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

07.3 –A fiscalização do objeto a que se refere o presente instrumento será executada sob a direção e responsabilidade de Comissão ou de funcionário designado pelo MUNICÍPIO, o qual fica desde já autorizado a representá-lo em suas relações com a CONTRATADA, em matéria da execução do objeto.

07.4 – Propiciar as condições necessárias para a realização do serviço.

07.5 –Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal a efetiva realização dos serviços.

07.6 –Verificar se a execução do serviço está de pleno acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos, nas condições propostas pela PMA.

07.7 – Rejeitar no todo, os serviços que a licitante vencedora realizar fora dos padrões de qualidade exigidos pelo Órgão competente.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

07.8 –Aplicar penalidades à licitante vencedora, por descumprimento das condições estabelecidas no Edital.

07.9 –Verificar a manutenção pela licitante vencedora das condições de habilitação estabelecidas no Edital.

07.10 –Notificar, por escrito, a licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para sua correção.

07.11 –Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada.

07.12 –Comprovado que os preços inicialmente registrados tornaram-se superiores aos praticados no mercado, o Município convocará a Contratada visando à negociação para redução e consequente alteração dos preços.

---

## **08 – VISTORIA**

08.1 – As empresas interessadas em participar desta Licitação poderão realizar visita técnica ao local de execução dos serviços, procedimento que visa conferir a licitante o reconhecimento do objeto a ser executado, sua localização e particularidades.

08.2 – É de responsabilidade das empresas o conhecimento das características dos serviços necessários a realização do objeto desta contratação.

---

## **09–DOS PRAZOS**

09.1 - O prazo de vigência do Contrato será para o período de 12 (meses), contados a partir da assinatura, em conformidade com o Edital e seus anexos. Qualquer inobservância desta obrigatoriedade implicará em sua correção pela Contratada sem qualquer ônus para o Município, bem como na aplicação de sanções por eventuais atrasos ou qualquer outra irregularidade na execução do fornecimento.

---

## **10 – DO CUSTO ESTIMADO**

10.1 – O custo estimado para desembolso da Administração Pública será fundamentado nos preços praticados através da planilha/tabela EMOP.

---

## **11 – DAS SANÇÕES**

11.1 – No caso de descumprimento total ou parcial das condições desde pela Contratada, ressalvados os casos fortuitos e de força maior, devidamente comprovados, garantida a sua ampla defesa e contraditório no respectivo processo, o Município de Aperibé/RJ, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

11.1.1 - Advertência, nas hipóteses de execução irregular desde que não gere algum prejuízo;

11.1.2 – Da multa por descumprimento do Contrato: em caso de inexecução total do Contrato por parte do Contratado, fica desde já estipulada uma multa contratual de 20% (vinte por cento) do valor global licitado, além de perdas e danos que por ventura tenha causado à Contratante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

11.1.3 - Em caso de inexecução parcial do Contrato, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida pelo Contratado;

11.1.4 - Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Município de Aperibé/RJ, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo garantido o princípio do devido processo legal, ampla defesa e o crivo do contraditório;

11.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

11.2 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse da execução do fornecimento do objeto.

11.3 - As penalidades de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

11.4 - As perdas e danos decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao Município de Aperibé/RJ no prazo máximo de 03 (três) dias, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso.

11.5 - As multas previstas neste poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o Município de Aperibé/RJ rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.6 - As multas previstas neste e aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Aperibé/RJ à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.7 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do Município de Aperibé/RJ de rescindir o Contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.8 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos dos 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse e no Contrato e da aplicação das demais cominações legais.

11.9 - Constituem motivos para rescisão do Contrato, por ato unilateral do Contratante, os elencados no artigo 78, I ao XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando para

**Rua Vereador Airton Lel Cardoso, nº 01, Verdes Campos - Aperibé - RJ**

**E-mail: smoaperibe@hotmail.com**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

a Contratada, no que couberem, as consequências previstas no artigo 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das sanções estipuladas em Lei.

---

## **12-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1-As despesas decorrentes das obrigações a serem assumidas são de fontes próprias e correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária

**FICHA ORÇAMENTÁRIA Nº: 0901**

**PROGRAMA DE TRABALHO Nº: 1545100362.050**

**NATUREZA DE DESPESA: 3390.39.00**

**FONTE: 17510000**

**Código Reduzido: 55**

---

## **13 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

13.1- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ, com seguintes dados:

**“Prefeitura Municipal de Aperibé**

**Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01 – Verdes Campos – Aperibé – RJ**

**CEP.: 28.495-000**

**Inscrição Estadual: Isenta**

**CNPJ: 36.288.900/0001-23**

13.2- O pagamento será efetuado pela PMA-RJ mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, até 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, desde que cumpridas às formalidades legais e contratuais previstas.

13.3- Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da PMA-RJ, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

13.4- O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da (o) Ordenador (a) de Despesa da PMA-RJ, em processo próprio.

13.5 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

13.6 – As Certidões do INSS, FGTS, MUNICIPAL e TRABALHISTA deverão estar em vigência na fase de liquidação e do pagamento.

13.7 – Havendo empenhos, incluídos na ordem cronológica de pagamento, a frente do respectivo documento desse processo administrativo de execução de serviços, o pagamento da despesa, devidamente liquidada, será inscrita na ordem sequencial para ocorrência do crédito em conta corrente indicada para transferência do valor liquidado.

**Rua Vereador Airton Leal Cardoso, nº 01, Verdes Campos – Aperibé – RJ**

**E-mail: smoaperibe@hotmail.com**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**

**CNPJ:36.288.900/0001-23**

**Estado do Rio de Janeiro**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**



PROC. Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

FLS. Nº \_\_\_\_\_

VISTO \_\_\_\_\_

13.8 - A verificação de inexistência de débitos com a Fazenda Municipal do Município de Aperibé, é condição essencial para a inscrição do credor na lista cronológica de pagamento.

19.9 - O pagamento de eventuais itens novos ou não previstos deverá ser feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP, acrescido de BDI estabelecido pela administração no orçamento base e aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação. Os itens novos não constantes no Sistema EMOP terão seus preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO/SINAPI/SCO/PINI/SBC) ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto a três fornecedores especializados, acrescidos do BDI estabelecido pela administração no orçamento base e aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação.

19.20 -Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**ANEXO IA** – Memorial Descritivo

**ANEXO IB** – Planilha Orçamentaria

**ANEXO IC** – Composições

**ANEXO ID** – Cronograma Físico-Financeiro

**ANEXO IE** – Composição do BDI

**ANEXO IF** – Memorial de Calculo

**ANEXO IG** - Especificações Técnicas

**MARCOS ANTONIO LOPES BATISTA**

Secretário Municipal de Obras

Matrícula 5213

Rua Vereador Airton Lel Cardoso, nº 01, Verdes Campos - Aperibé - RJ

E-mail: smoaperibe@hotmail.com